



A GLOBALIZAÇÃO E A INDÚSTRIA CULTURAL: UM DEBATE SOBRE OS OUTSIDERS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A EXCLUSÃO DAS PRÁTICAS NO TEMPO LIVRE

Marco Bettine¹

RESUMO

O artigo trabalha com autores que debatem a exclusão social e a marginalização de grupos na globalização. Colocar-se-á em xeque o termo global em uma sociedade dual, tendo como caso específico as práticas de lazer. Apontar-se-á a polarização da desigualdade, os de dentro e os de fora, os Insider(s) e os Outsiders, nas esferas de vida, e como isso reflete no lazer. O texto procurará exemplificar os discursos sobre a tecnologia e de como constrói-se um imaginário de avanços científicos em um mundo de desnutridos. O cenário das práticas do tempo livre brasileiro será pano de fundo para o debate.

Palavras-chave: Globalização; Exclusão; Lazer; Brasil.

GLOBALIZATION AND THE CULTURAL INDUSTRY: A DEBATE ON OUTSIDERS IN CONTEMPORARY BRAZIL AND THE EXCLUSION OF PRACTICES IN FREE TIME

ABSTRACT

The article works with authors who debate social exclusion and the marginalization of groups in globalization. The global term will be called into question in a dual society, with leisure practices as a specific case. It will point out the polarization of inequality, insiders and outsiders, Insider(s) and Outsiders, in the spheres of life, and how this reflects on leisure. The text will seek to exemplify discourses about technology and how an imaginary of scientific advances is constructed in a world of malnourishment. The scenario of Brazilian free time practices will be the backdrop for the debate.

Keywords: Globalization; Exclusion; Leisure; Brazil.

GLOBALIZACIÓN E INDUSTRIA CULTURAL: UN DEBATE SOBRE LOS EXTERNOS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO Y LA EXCLUSIÓN DE PRÁCTICAS EN EL TIEMPO LIBRE

RESUMEN

El artículo trabaja con autores que debaten la exclusión social y la marginación de grupos en la globalización. El término global quedará en entredicho en una sociedad dual, siendo las prácticas de ocio un caso concreto. Señalará la polarización de la desigualdad, internos y externos, internos y externos, en las esferas de la vida, y cómo esto se refleja en el ocio. El texto buscará ejemplificar discursos sobre la tecnología y cómo se construye un imaginario de avances científicos en un mundo de desnutrición. El escenario de las prácticas brasileñas de tiempo libre será el telón de fondo del debate.

Palabras clave: Globalización; Exclusión; Ocio; Brasil.

¹ Professor da Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

INTRODUÇÃO

Neste artigo procurar-se-á trabalhar com diversos autores que debatem a exclusão social e a marginalização de grupos na contemporaneidade. Um debate que se inicia com a ideia de que há uma intersecção da Globalização e Exclusão. Autores como Peck e Theodore (2012) constroem sua visão de mundo sobre a pobreza e a exclusão a partir da visão liberal onde todos possuem garantias iguais, pois aqueles que conseguem incorporar atitudes, valores e novos padrões de comportamentos terão seu espaço no mercado de consumo mundializado, inclusive no lazer da Indústria Cultural², por outro lado, os excluídos são responsabilizados por seu estado de precariedade.

Gibson-Graham (2008) vai contra os argumentos anteriores para mostrar que o termo global, constitui um uso da linguagem que esconde o essencial do sistema, que é a marginalização. No mundo atual há uma polarização da desigualdade, afastando os grupos sociais das decisões políticas, para além disso, há um contingente que não possui condições de vida em termos de alimentação, saúde, habitação, saneamento, educação e lazer, para emancipar-se desse processo perverso.

Por isso, afirma-se que o mundo globalizado está imerso em contradições, como a tecnológica, que nos garante acesso às fotos mais sublimes do espaço; os alimentos ultraprocessados que chegam por magia via aplicativo, ou uma gastronomia do exótico que oferece experiências gustativas de locais de pobreza extrema e exploração de trabalhadores e trabalhadoras no mercado informal; os filmes e seus efeitos de ultra realidade; as modalidades esportivas e sua catarse; a invenção dos melhores medicamentos pela indústria

2 Cf. Franciso Rüdiger (2004), “Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural”; Rodrigo Duarte (2003), “Teoria Crítica e Indústria Cultural”; Verlaíne Freitas, (2004) “Teoria Crítica da Indústria Cultural”. O capitalismo concorrencial, presente nos inícios da era burguesa, transformou-se cada vez mais em monopolista. Entretanto, devido ao fato de que a indústria cultural necessita o tempo todo prestar atenção às necessidades genéricas de seus consumidores por meio de um olhar estatístico aguçado, o espírito inicial do liberalismo ainda sobrevive em alguma medida nesse âmbito, pois necessita sempre de talentos capazes de sintonizar as mercadorias com as tendências de recepção. Nesse processo, toda a máquina gira sem sair do lugar, pois os produtos são resultado de fórmulas para se oferecer o mesmo como se fosse novidade. Além disso, todo o brilho dos nomes dos astros nos filmes e das imagens televisivas constitui um enorme cardápio que se oferece no lugar da própria coisa, que, mesmo quando é comprada, como reflexo do estímulo causado pela publicidade, sempre é decepcionante. Esse ritual de excitar o desejo e ao mesmo tempo negar sua realização substancial caracteriza a essência da indústria cultural como ameaça de castração. Esse poder da cultura de massa de se misturar no real, de tornar iguais a imagem e a realidade, faz com que seu teor ideológico se diferencie substancialmente do que era classicamente considerado como tal. No tempo de Marx, ideológico era o que se colocava para além das contradições da infra-estrutura, como uma hipótese de idéias e concepções avessas à dinâmica histórica e social. Na cultura de massa, seu caráter ideológico consiste na colocação da existência do mundo como seu sentido. Em termos gerais, o prazer que os consumidores experimentam nessas obras é o de saberem que o mundo é tal como eles pensam que é. (FREITAS, 2004, p.195)

farmacêutica; os robôs que não param, não descansam e não reclamam de melhores salários e, por último, a expansão da agricultura em todo tipo de terra pelos avanços da biotecnologia, não importando o que e quem habitava nestes territórios. Esse progresso é irreversível. O lazer tem um papel importante e ideológico para construir o véu mágico de reificação social. Para discutir os temas anteriores trago ao debate, Balera e Silva (2018), Beck (2011), Cassela (2008) e Trevisol (2003).

A INTERSECÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO

Globalização e exclusão são dois conceitos que definem duas realidades interligadas. A primeira designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial e a segunda, sua consequência mais visível e imediata.

Os novos ideólogos da modernização, a partir da dicotomia tradicional-moderno, apresentam a sociedade ocidental industrializada, tecnologicamente avançada e moderna como um modelo ideal a ser seguido (BOAS, MORSE, 2009). No entender dos autores, a história é uma sucessão de etapas, ou estágios graduais que levam necessariamente ao desenvolvimento. Atualizando a teoria da modernização para os dias atuais, encontram-se os mesmos argumentos funcionalistas para explicar (a) os Insider(s) e (b) os Outsiders: (a) os "integrados" – Insider(s) – no mundo globalizado são aqueles que conseguem incorporar atitudes, valores e novos padrões de comportamentos mais adequados ao usufruto das oportunidades que as sociedades capitalistas oferecem a todos os seus cidadãos (GARDELS, 2006). Para este grupo de autores as variáveis psicossociais novamente são consideradas as determinantes fundamentais da inclusão social, sendo a educação, a principal delas (BRUCE, JANTI, 1999). No século XXI, ter não somente o acesso mas o controle das ferramentas mais sofisticadas, para além das mídias sociais, torna um diferencial para poucos, neste mundo altamente veloz (PINHEIRO, 2007). A Internet transforma-se numa palavra mágica com força persuasiva: todos devem "integrar-se" à rede mundial para participar da era global, mas de qual internet estamos falando? A do consumo, ou a da construção de pontes para a emancipação (LAVAL, 2018). No entanto, os (b) Outsiders tem tomado enormes proporções, o que a torna algo "disfuncional" ao sistema. No discurso dos grupos sociais dominantes, os próprios indivíduos são culpabilizados pela sua exclusão do sistema, e as sociedades periféricas são consideradas as principais responsáveis pela sua situação de "atraso" (PECK; THEODORE, 2012).

O uso do termo 'global' leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral, integrado, isto é, não apresenta quebras, fraturas, ou hiatos, todos nós poderemos ou temos a oportunidade de ser Insider(s). Globalizar, portanto, sugere o oposto de dividir, marginalizar, expulsar, excluir de ser Outsider. O simples emprego de 'globalizar' referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, dificulta a percepção da contradição do termo (GIBSON-GRAHAM, 2008).

O cenário mundial, neste século, apresenta-se como um universo múltiplo e complexo, caracterizado por uma crescente internacionalização da produção, do mercado, do trabalho e da cultura. A globalização primeiramente se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial. Também designa o fenômeno do intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, atualmente intensificado pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área do entretenimento. Ela é concebida, por muitos de seus ideólogos, citados anteriormente, como um novo patamar civilizatório e como um processo inexorável. Representaria também uma nova forma de organização das sociedades, capaz de superar as identidades nacionais e os particularismos, religiosos, étnicos e regionais (ZAN, 2001).

É provável que isso se deva à inserção dos países num contexto marcado pela globalização econômica e pela mundialização da cultura quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se descartáveis – desconectadas – de tempos, lugares, histórias e traduções específicas, parecendo estar à deriva”. Ao mesmo tempo, esses elementos são redefinidos a partir de contextos e experiências específicos em que os agentes sociais não só buscam a tradição para recuperar suas identidades mais autênticas, mas também recorrem à tradução de elementos simbólicos virtuais, transitando, a um só tempo, por tradições culturais diversas (HALL, 1995, p.57)

No entanto, de forma contraditória, ressurgem com força inusitada, em vários locais, diversas manifestações fundamentalistas, racistas e terroristas que a literatura neoliberal considerava quase superados.

POLARIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

As relações de exploração se constituem no fator explicativo fundamental das desigualdades e, para compreender a origem da assimetria entre países pobres e países ricos, países centrais e periféricos, devem-se analisar os interesses que se estabelecem em nível internacional e local. É importante compreender que a exclusão é produto de relações, já que

as contrapor abstratamente, sem analisar os diversos interesses envolvidos, torna-a caótica, afastando-se da materialidade do fenômeno. Os grupos dominantes estabelecem alianças que possibilitam a reprodução da dominação, enquanto os marginalizados, que existem tanto nos países centrais quanto nos periféricos, enfrentam graves problemas decorrentes da sua condição.

O que significa a globalização para os grupos subalternos, em especial para os outsiders do sistema dominante? Sua crescente exclusão da riqueza social por ela gerada e seu afastamento dos centros de decisão política, implica também a deterioração das suas condições de vida em termos de alimentação, saúde, habitação, saneamento, educação e lazer. A análise do processo de globalização reforça a convicção de que sua lógica implacável, mais do que bem-estar, tem produzido um aumento da exploração da força de trabalho e promovendo maior destruição de todas as formas de sobrevivência que não se adaptam aos padrões econômicos da sociedade global.

Por exemplo, na indústria do lazer turístico, o lazer torna-se espaço de valorização do capital que segue a regra da exclusão, observando a lógica da concorrência oligopolista através das megaoperadoras dos fluxos do turismo internacional, com altos níveis de concentração e de integração vertical dos grandes conglomerados dos principais mercados emissores. O turismo significa o lazer de viagem, portanto, um lazer especial e elitizado dirigido às pessoas e grupos que se mobilizam facilmente conforme as tendências dos fluxos nacionais e internacionais. As redes de serviços destinadas ao turismo, como a hoteleira, por exemplo, levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas, clima), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus). A apropriação de espaços naturais constitui um fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade de um país receber turistas. A força de trabalho nestes locais é mal remunerada e desqualificada, e por isso migrante, sendo esta a forma de conseguirem menores custos e o máximo de lucro, embora passando pelos problemas de rotatividade e sazonalidade.

O aumento das desigualdades de renda atingem, em especial, as classes marginalizadas que residem nos grandes centros urbanos, os trabalhadores sem-terra e os desempregados do meio rural, tornando cada vez mais visíveis as contradições do sistema. No seio da sociedade global, dominada pelo capitalismo, reproduzem-se constantemente as contradições de classe, os antagonismos, as hierarquias e as diversidades sociais. De fato, o desenvolvimento do capitalismo pode ser caracterizado como desigual, combinado e

contraditório. A globalização não é equilibrada nem harmônica e, ao invés de atenuar as disparidades de renda, amplifica-as.

AS CONTRADIÇÕES DO MUNDO GLOBALIZADO

A globalização é contraditória, de um lado, ela gera um processo de homogeneização, padronizando elementos produtivos e culturais, mas, de outro lado, surge um universo de diferenciações, tensões e conflitos sociais. As mesmas forças que produzem a globalização, propiciando novas articulações e associações, provocam formas opostas e fragmentadas.

A revolução na informática e na comunicação gera relações sociais novas, mas as feridas surgem com força inusitada, gerando diversos conflitos sociais. Exemplo disto é o ressurgimento mundial de todo tipo de fundamentalismos, nacionalismos, regionalismos e até formas de racismo que se consideravam já superadas pela "civilização moderna". Mudge (2008) chama a atenção para o perigo da ascensão dos movimentos de extrema-direita através dos novos integristas e fanatismos políticos e religiosos.

Existe uma contradição entre as transformações científicas e tecnológicas (nas quais se destacam a informática, a automação, a robótica, a genética e a biotecnologia) e o aprofundamento da exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho. A tecnologia é mistificada pelos ideólogos da nova modernização, colocando-a na vanguarda para erradicar todos os problemas que afligem a humanidade (DUMÉIL; LÉVY, 2014). Os autores esquecem que a tecnologia produz “coisas”, mas é a política que define quem vai usufruir está “coisa”.

Nesse mundo, onde a política atende aos Insider(s), assistimos primeiramente ao desemprego estrutural, este ocupa o centro do conjunto de processos que promovem a concentração de renda e a pobreza. Em segundo lugar, a presença cada vez mais forte dos desempregados freia as reivindicações salariais, e, assim os salários reais caem ou sobem mais lentamente que a produtividade do trabalho, o que provoca concentração de renda. Além disso, a desaceleração da demanda causada pelo menor ritmo de crescimento dos salários e outras rendas das classes médias e baixas impulsiona as empresas a acelerar sua mudança tecnológica para reduzir custos perante mercados que perdem dinamismo. Um dos objetivos prioritários desta transformação é a troca seres humanos por máquinas.

Ao que tudo indica, existe a possibilidade da ocorrência de uma crise global generalizada (DUMÉIL; LÉVY, 2014). Essa crise se manifesta atualmente através de

diversos indicadores: desaceleração do crescimento global, especulação e descontrole financeiro, aumento da dívida pública dos países centrais e crescimento exponencial da dívida externa dos países periféricos. Outro fato que deve ser levado em consideração é a expansão mundial de todo tipo de negócios ilícitos (contrabando de armas, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas para prostituição, tráfico de trabalhadores submetidos a regime análogo a escravidão, exploração dos territórios dos povos originários, ações de despolitização das mulheres, genocídio às pessoas descartáveis).

Diante da crescente globalização, os movimentos sociais e outras instâncias participativas têm um papel muito importante a cumprir, pois, através da sua capacidade reivindicativa, podem orientar políticas públicas favoráveis aos interesses dos outsiders. É de se notar, ainda, que os movimentos sociais estão em processo de internacionalização, e surgem, por exemplo, redes mundiais de jovens, de mulheres, de indígenas, de migrantes e de refugiados (OSÓRIO, 2014).

Como escrevi anteriormente, o progresso técnico é irreversível. A era da comunicação e da informática une todas as regiões do mundo quase instantaneamente. Neste contexto, é importante sublinhar que não se trata de colocar obstáculos às conquistas da ciência e da tecnologia e sim criar mecanismos institucionais capazes de orientar a racional aplicação social desses avanços. Para que o Estado não se submeta inteiramente à lógica do mercado, os sistemas de controle político e jurídico devem ser reforçados. As contradições do mundo globalizado exigem que se estabeleçam mecanismos regulatórios, em nível internacional, sobre o comportamento do setor financeiro e das empresas cuja atuação precariza o trabalho e prejudica o meio ambiente, deteriorando a qualidade de vida (BALERA; SILVA, 2018; BECK, 2011; CASSELA, et al., 2008; TREVISOL, 2003).

AS FORMAS DE DESIGUALDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO

O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução (CAMPELLO, 2017; LOPEZ-CALVA et, al. 2015). Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a pôr cor, raça, etnia e gênero ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações preta,

parda, indígena e mulheres pretas, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos (IBGE, 2015).

As análises do IBGE (2015), no seu Caderno de Síntese da Desigualdade no Brasil demonstra que as pessoas pretas, pardas ou indígenas constituem, a maior parte da força de trabalho no País. Tal contingente corresponde a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população branca na força de trabalho, que totaliza 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas, pardas ou indígenas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho. A relativa desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando é considerado o recorte por nível de instrução.

Padrão semelhante é verificado no que concerne à taxa de desocupação. A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria. As Regiões Norte e Nordeste apresentam os piores resultados nesse indicador. Ao longo da série histórica e regionalmente, a população branca obtém vantagem também no tocante aos rendimentos do trabalho. Esse quesito é fundamental na medida em que compõe importante fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias. O diferencial por cor, raça, etnia e gênero é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. As razões de rendimentos combinadas por cor, raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas, pardas ou indígenas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (MOURA, 2014).

Nota-se que quanto maior o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado.

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a

serviços básicos de saúde, transporte, saneamento básico e escola, quanto nas características dos domicílios.

Em relação à distribuição espacial, o censo verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta, parda ou indígena residir em um aglomerado sem infraestrutura básica era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. Ao analisar outras inadequações nas condições de moradia, nota-se que o adensamento domiciliar excessivo – situação em que há mais de três moradores por cômodo da casa, ocorre prioritariamente nas populações pretas, pardas e indígenas. A ocorrência de ônus excessivo com aluguel – situação em que o valor do aluguel iguala ou ultrapassa 30% do rendimento domiciliar – levam famílias a ter de dividir o mesmo cômodo o que dificulta o processo de formação e inclusão social. A ocorrência dessas duas inadequações é muito mais comum entre arranjos domiciliares formados por mulheres negras sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos de idade.

A taxa de homicídio é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência nos países, nas regiões e nos grupos populacionais. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, a taxa de homicídio figura como indicador para monitorar a Meta 16.1, “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares”, no âmbito do Objetivo 16 – “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Embora, na Agenda 2030, as desagregações sugeridas para o indicador em todos os países sejam por sexo e idade, com relação ao Brasil, a desagregação por cor, raça e gênero também é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência, tendo em vista as profundas discrepâncias historicamente observadas entre a taxa de homicídio da população branca e a da população preta, parda ou indígena. De fato, no Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas, pardas ou indígenas a cada 100 mil habitantes em 2015. Em outras palavras, uma pessoa preta, parda ou indígena tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca (IBGE, 2015). Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade

a população jovem, como evidenciado no último relatório da Geneva *Declaration on Armed Violence and Development*, também conhecido como GBAV 2015. No Brasil, justamente a maior taxa de homicídios incide sobre a população jovem preta, parda e indígena, de 15 a 29 anos.

A promoção dos direitos das minorias passa pela ampliação de sua participação nos processos de planejamento de políticas e tomadas de decisão, o que costuma ser internacionalmente medido por sua representação nos parlamentos nacionais e órgãos legislativos de abrangência local. Contudo, a participação de minorias – em termos de cor, raça ou etnia, bem como de gênero, linguística e religiosa – nos parlamentos ainda é restrita, o que reflete as desvantagens que enfrentam em diferentes países e que são materializadas em indicadores sociais (MOURA, 2014).

No mundo do trabalho, por exemplo, a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população pretas, pardas ou indígena. Indicadores de rendimento confirmaram que a desigualdade se mantém independentemente do nível de instrução das pessoas ocupadas. Tais resultados são influenciados pela forma de inserção das pessoas pretas, pardas ou indígenas no mercado de trabalho, qual seja: ocupam postos de menor remuneração e são menos representadas nos cargos gerenciais, sobretudo os de mais altos níveis. Esta população situa-se também, em maior proporção, abaixo da linha de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços essenciais. A desigualdade se manifesta também de forma bastante acentuada na dimensão da violência. Assim como na educação, tal cenário demanda políticas públicas com enfoque na população jovem pretas, pardas e indígenas. No que tange à representação política, estas pessoas encontram-se subrepresentadas em todos os níveis do poder legislativo.

A Pesquisa do IBGE mostra como é desigual o acesso à cultura e ao lazer. Segundo o relatório, 44% dos pretos e pardos vivem em cidades sem cinemas, contra 34% da população branca; 37%, em cidades sem museus contra 25% dos brancos. O relatório mostrou as desigualdades de acesso à cultura no país, de 2014 a 2018, o percentual de trabalhadores na área cultural com carteira assinada caiu de 45% para 34%, e a informalidade cresceu praticamente na mesma medida. O acesso ao lazer demonstra que 44% dos pretos e pardos vivem em cidades sem cinemas, contra 34% da população branca; 37%, em cidades sem museus, contra 25% dos brancos. Em cidades sem nenhum teatro ou sala de espetáculo, a diferença é a mesma. E mais de um terço das crianças e adolescentes pretas até 14 anos

também não têm acesso a esse tipo de lazer cultural.

Os dados mostram que o total dos valores investidos em cultura até cresce ao longo dos anos, mas abaixo dos índices de inflação, ao mesmo tempo, a participação do setor estatal dentro dos orçamentos públicos diminui. A pesquisa também revela quem são os maiores prejudicados com isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da humanidade formada de Insider(s), inseridos de algum modo no circuito das atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, Outsiders, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda classe (FERNANDES, 2008; ANTUNES, 1997; CASTEL, 1998; CHOSSUDOVSKY, 1999; POCHMANN, 2001).

Pensar o Brasil, por exemplo, deve ser feito não apenas levando em conta suas contradições internas, mas também o cruzamento com o capitalismo internacional, para que se dê conta da singularidade do subdesenvolvimento. A primeira das características da vanguarda do atraso estaria na incapacidade regulatória do Estado que perde a possibilidade de regulamentar o sistema econômico em suas áreas político-territoriais e se torna títere dos interesses das corporações mundiais.

A condição do êxito da política monetária é garrotear qualquer gasto social e, por isso, descontinuar a política inclusiva. Em países como o nosso, com desigualdades abismais entre os grupos sociais, esse tipo de política transforma-se em exclusão: negros, índios, mulheres, mestiços, migrantes.

Há uma nova cisão que é a de Insider(s) e Outsiders. O balanço dos diversos significados atribuídos ao termo demonstra uma ampla difusão de usos, abrangendo desde o sentido de minorias (negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, mulheres), ou no sentido de contingentes populacionais difusos (desempregados, pobres, sem-habitação, sem-teto). Tradicionalmente, o termo se aplicou a favelados, menino de rua, catadores de lixo, locais periféricos, um lumpen, ou a um certo tipo de privação, discriminação ou banimento. Se a exclusão, lato sensu, quase permanentemente esteve ligada ao modo de produção, contemporaneamente pode-se falar de uma “nova exclusão” com uma dupla face: de um lado, a não-inserção no mundo do trabalho se expressa pelo fato de que alguns contingentes (pela baixa qualificação) tornam-se “desnecessários economicamente” e, por outro lado, abate-se

sobre eles um estigma por viverem em condições precárias e subumanas em relação aos padrões “normais” de sociabilidade, de que são ameaçadores e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados (ARENDT, 2017; BARBOSA, 2014).

A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder (MBEMBE, 2017, p.108).

A perspectiva necropolítica rompe as fronteiras dos países que passaram pelos processos de colonização e neocolonização e assume uma importância analítica numa agenda mundial onde podemos pensar em um devir do mundo onde a precarização da vida inclui não apenas as populações Outsiders, mas também os empobrecidos e cada vez mais precarizados.

A situação, hoje, parece sugerir que esse exército industrial de reserva se tornou desnecessário economicamente e daí o termo exclusão. Outra ótica acaba por olhar os excluídos como alguém da “humanidade”, ou seja, sua desumanidade e, segundo Hannah Arendt (2017), também a subumanidade desses contingentes populacionais.

A exclusão é decorrente de uma mudança na estrutura social, da perda de possibilidade de participação quer na estrutura produtiva quer cultural. Os sujeitos sociais, grupos ou classes são submetidos a uma homogeneização provocada pelas políticas públicas. O termo exclusão foi precedido, na reflexão brasileira, das categorias prévias de pobreza e de marginalidade social.

O processo de exclusão social pode designar a situação de todos aqueles que se encontram "fora dos circuitos vivos das trocas sociais". Nesse sentido, a exclusão social não se restringe apenas à desintegração do mercado de trabalho, mas também se refere a uma ruptura nos laços sociais e familiares.

O Brasil apresenta um alto grau de desigualdade e de discriminação contra populações afrodescendentes, indígenas e uma relação perversa com as mulheres. Isso ocorre a despeito das medidas constitucionais e estatutárias que proíbem a discriminação. Nas décadas de 1980 e 1990, ações legais implementaram reformas visando à cidadania multicultural, as quais estabeleceram alguns direitos coletivos. Os direitos coletivos obtidos com essas reformas incluem: reconhecimento formal de subgrupos étnicos ou raciais específicos e da natureza multicultural das sociedades nacionais; reconhecimento do direito

consuetudinário como direito público oficial; direitos de propriedade coletiva (especialmente em relação à terra); status oficial para a língua de minorias em regiões em que estas predominam; e garantia de educação bilíngüe.

As reformas da cidadania multicultural foram interpretadas como tentativas de restabelecer, mediante a inclusão de minorias étnicas e raciais antes excluídas e a reparação do racismo, a legitimidade democrática do Estado, após décadas de autoritarismo e repressão.

A recente implementação das reformas de cidadania multicultural é surpreendente se levarmos em conta que muitos países da América do Sul elaboraram ideologias nacionais de mestiçagem que enfatizavam a mistura racial da população e, assim, a ausência de discriminação por cor, raça gênero, etnia ou cultura. Dessa forma, a maioria dos brasileiros nem sequer reconhecia a existência de preconceito, racismo, misoginia no Brasil.

Discutindo o lazer e a indústria cultural no Brasil, temos importante estudo recente de Luciene das Dores (et al., 2021), denominado “Rompendo os silêncios sobre o perfil do lazer da população negra no Brasil”, destaca-se as barreiras das práticas de lazer e bem-estar para as pessoas negras na sociedade brasileira.

Ser negro ou negra significa poder construir diferentes desejos sobre o tempo livre, mas enfrentar os entraves socioeconômicos impostos pela condição de exclusão em que a população negra se encontra submetida. De forma geral, tempo e dinheiro são os principais obstáculos sociais para a vivência das práticas de lazer desejadas. (...) A falta de tempo para o lazer não é o primeiro problema (para a população negra), pois ela, não tem sequer recursos econômicos para vivenciá-lo (DORES, et al., 2021, p.339).

Ou seja, nós nos constituímos desde o princípio e no seu fim numa zona de exceção. A exceção nos marca e os seus efeitos modelam as práticas discursivas reatualizando os traços de colonialidade, colocando em suspensão o que realmente almejamos ou queremos dizer quando falamos em democracia, principalmente em contextos que se constituíram sob o mito da democracia racial. Falar que nos constituímos desde sempre numa exceção é perceber que as nações que passaram pelo processo de colonização, que as formas da colônia representaram "[...] o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei e no qual a 'paz' tende a assumir o rosto de uma 'guerra sem fim'" (MBEMBE, 2018, p. 32-33), guerra essa conduzida e legitimada pelo Estado. Esse processo acabou por configurar tanto territórios quanto práticas sociais, principalmente nos espaços onde estão as populações descartáveis.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1997.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- BALERA, Wagner; SILVA, Roberta Soares Da (Organizadores), **Comentários aos objetivos de desenvolvimento sustentável**, São Paulo, Editora Verbatim, 2018.
- BARBOSA, Jose. **Política e tempo em Giorgio Agamben**. São Paulo: Educ, 2014.
- BECK, Ulrich, **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**, 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRUCE, Bradbury; JANTTI, Markus. Child Poverty Across Industrialized Nations. Innocenti Occasional Papers, **Economic and Social Policy**, n. 71. Unicef, 1999.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses do trabalho. In: Fiori, J. L. (Org.). **Globalização, o fato e o mito**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998, 239 p.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- CAMPELLO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americana de Ciências Sociais; 2017.
- CASELLA, Paulo Borba; JUNIOR, Umberto Celli; MEIRELLES, Elizabeth de Almeida; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot (Organizadores), **Direito internacional humanismo e globalidade**, São Paulo: Atlas, 2008.
- DORES, Lucilene. et al. Rompendo os silêncios sobre o perfil do lazer da população negra no Brasil **Licere**, v.24, n.4, 2021
- DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008. p. 171-190.
- FREITAS, Verlaine. Teoria crítica da indústria cultural. Resenhas, **Kriterion**, v.45 n.109, 2004.
- GARDELS, Nathan (27 de setembro de 2006). Globalização produz países ricos com pessoas pobres: para Stiglitz, a receita para fazer esse processo funcionar é usar o chamado "modelo escandinavo". Economia & Negócios. **O Estado de S. Paulo**. Consultado em 28/02/2024.
- GIBSON-GRAHAM, John.-K. Diverse economies: performative practices for “other worlds”. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 5, p. 613-632, 2008.
- HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Textos Didáticos, Campinas/São Paulo: IFCH/Unicamp, 1995.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.
- LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu et la question néolibérale**. Paris: La Découverte, 2018.
- LOPEZ-CALVA Laura, LACHS Sern, FRUTTERO Aaman. Medir pobreza crônica no Brasil. **Cad Estudos Desenvol Social Debate**, v.21, p.140-160, 2015
- MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo. Recuperado de <http://www.buala.org/pt/da-fala/a-universalidade-de-frantz-fanon-de-achille-mbembe>, 2011.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.
- MOURA. Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois:

Anita Garibaldi, 2014.

MUDGE, Stephanie. What is neo-liberalism? **Socio-economic Review**, v. 6, n. 1, p. 703-731, 2008.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PECK, Jamie.; THEODORE, Nath. Reanimating neoliberalism: process geographies of neoliberalisation. **Social Anthropology**, v. 20, n. 2, p. 177-185, 2012.

PINHEIRO, Márcia. A nova ordem mundial, in Sem rédeas nem juízo. Especial. **Revista CartaCapital**, nº 434, 7/3/2007, pp. 8-13

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

TAYLOR Boas., GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**, n.44, v.2, p.137–161, 2009.

TREVISOL, Joviles Vítório. **A educação ambiental em uma sociedade de risco**, Joaçaba: Ed. Unoesc, 2003.

ZAN, José. Música popular brasileira, indústria cultural e identidade, **EccoS Revista Científica**, v.3, n.1, 2001.